

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202602/0627

Tipo Oferta: Mobilidade Interna

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Orgão / Serviço: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: A detida no serviço de origem

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Pretende-se Técnico Superior, para integrar a Equipa Administrativa e Financeira, a desempenhar as seguintes funções:

- a) Prestar apoio administrativo e financeiro a todas as unidades orgânicas da CNPDPCJ;
- b) Desenvolver instrumentos de gestão nas áreas financeira e orçamental, de recursos humanos e contratual;
- c) Assegurar apoio administrativo e financeiro na execução dos projetos financiados por fundos comunitários, por outros eventuais fundos financeiros que venham a ser obtidos resultantes de financiamento estrangeiro ou internacional e a outros demais projetos;
- d) Promover e acompanhar o desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública necessários ao cumprimento das atividades da CNPDPCJ, em colaboração com a SGMTSSS, e quando aplicável, com as restantes áreas funcionais envolvidas;
- e) Elaborar a proposta de orçamento e proceder à sua execução, após aprovado;
- f) Assegurar e acompanhar os procedimentos associados às despesas da CNPDPCJ em articulação com a SGMTSSS;
- g) Promover a constituição e regularização do Fundo de Maneio;
- h) Elaborar e atualizar os regulamentos e manuais de processos e procedimentos internos da CNPDPCJ;
- i) Assegurar a gestão dos apoios concedidos ao abrigo dos artigos 14.º e 20.ºA da Lei 147/99, de 1 de setembro, na sua atual redação;
- j) Gerir a frota automóvel da CNPDPCJ em articulação com a SGMTSSS;
- k) Elaboração, monitorização, avaliação e atualização do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas.

Caracterização do Posto de Trabalho:

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura

Grupo Área Temática

Economia, Gestão, Administração,
Contabilidade
Direito, Ciências Sociais e Serviços

Sub-área Temática

Economia, Gestão
Direito

Área Temática

Administração e Finanças
Direito

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	1	Praça de Londres, n.º 2, 2.º andar	Lisboa	1049056 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações**Formação Profissional**

Outros Requisitos: a) Estar integrado no Regime de Carreiras Gerais, na Categoria/Carreira de Técnico Superior;
b) Capacidade de organização e planeamento de tarefas;
c) Disponibilidade para trabalhar fora do horário normal;
d) Capacidade para trabalhar sob pressão.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: cnpdpcj.rh@cnpdpcj.pt

Contacto: CNPDPCJ - Praça de Londres, n.º 2, 2º andar, 1049-056 Lisboa

Data Publicitação: 2026-02-20

Data Limite: 2026-03-06

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial:

Observações

Os interessados deverão enviar:

- Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado, acompanhado de requerimento simples, mencionando o número da respetiva Oferta;
- Certificado de Habilitações;
- Documento comprovativo do vínculo de emprego público detido (declaração da entidade);
- Documento comprovativo da remuneração auferida (último recibo de vencimento).

Excluem-se todos os candidatos que:

- Não pertençam à Administração Pública;
- Estejam integrados nas carreiras especiais, portanto, não sejam Técnicos Superiores.

A seleção de candidatos será efetuada com base na análise curricular, sendo complementada por uma entrevista.

Apenas os candidatos pré-selecionados na análise curricular serão contactados para a realização da entrevista.
